

# O SINDCONTAS PB

O Sindcontas (Sindicato dos Profissionais de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba) é uma Entidade Civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que abrange todo o território da Paraíba e tem por finalidade a representação sindical dos Auditores, Auditores de Contas Públicas e Auxiliares de Auditoria de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, o Sindcontas presta assistência social, educacional e cultural aos seus sócios e dependentes, bem como trabalha pela defesa da melhoria profissional dos seus congregados.

Não foi fácil e nem pacífica a gênese deste sindicato. Tudo começou em 19 de março de 1990. Neste ano, tomou posse no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, a diretoria eleita da Associação dos Analistas de Controle Interno e Externo do Estado da Paraíba (AACIEX), para o biênio 1990/91. Nesse mesmo dia, por sugestão do então presidente, o ACP Everaldo Moraes Silva, a AACIEX foi transformada em sindicato. Surgia assim o Sindicato do Controle Interno e Externo da Paraíba (SINPROCIEP). Foi um choque para as autoridades que estavam presentes na ocasião da posse. Isto porque o SINPROCIEP foi o primeiro sindicato de servidores públicos que surgiu no Brasil, com menos de 02 anos da promulgação da atual carta política, que concedeu ao funcionário público civil o direito a sindicalização. Criado o Sindicato passamos à fase de registro da documentação e demais formalidades legais.

Já na qualidade de presidente do SINPROCIEP, dirigimos ao então presidente da Corte de Contas Estadual, em 02/04/90, um ofício (02/90), onde reivindicávamos uma série de benefícios de ordem salarial e funcional para a categoria. O presidente do Tribunal, ao invés de analisar os pleitos justa e respeitosamente reivindicados, constituiu um processo e o remeteu à sua assessoria jurídica, que num parecer espalhafatoso, contraditório, citando, inclusive, legislação revogada, opinou pelo não reconhecimento do Sindicato. O presidente da corte estabeleceu uma medida contraditória, indevida em nível administrativo sobre a matéria, haja vista não ser da sua competência analisar a legalidade de entidade sindical, mandou notificar o presidente do Sindicato para falar sobre as conclusões de sua assessoria jurídica. O processo volta ao sindicato, onde mesmo sabendo que o presidente do TCE não tem competência para analisar a legalidade de criação e registro de sindicatos, prestamos todos os esclarecimentos a sua Excelência, inclusive com a juntada de documentos e a transcrição de jurisprudência

que atestavam a legalidade do SINPROCIEP, condicionado, apenas, com razão, que apresentássemos o registro no Ministério do Trabalho, coisa que fizemos imediatamente. Mas, o então presidente da Corte, não se deu por satisfeito, porque seu objetivo era a total eliminação do SINPROCIEP, até mesmo porque os ortodoxos da Paraíba temiam que essa “onda” (Sindicato de Servidores Públicos) se espalhasse no território paraibano. Enquanto o então presidente da Corte trabalhava pelo óbito do Sindicato, nós crescíamos em mobilização e respeito dentro e fora do Tribunal.

No TCE ganhamos a adesão de todos os servidores da área administrativa. Incorporamo-los nas nossas assembleias e reivindicações. Fora do TCE ganhamos espaço na imprensa e nas negociações diretamente com o Governador ou com seus auxiliares, graças ao prestígio de colegas como Yara Maia, Edith Maia, Inês Ramalho e outros. Naquele tempo não permitíamos que se desse qualquer vantagem salarial a qualquer classe no TCE, inclusive a cúpula, sem que não fosse estendida a todos os servidores. Naqueles heróicos dias não tínhamos o poder. Eram poucos os auditores que exerciam o cargo de chefia. Mas tínhamos a união, a mobilização e a solidariedade da categoria. Analistas de Controle Interno e Externo, hoje ACPs do TCE e da Secretaria da Despesa Pública, e mais os servidores administrativos dos mesmos Órgãos garantiram o sucesso de nossas lutas. Mas, havia uma determinação de destruir o SINPROCIEP a qualquer custo. Não satisfeito o presidente do TCE, naqueles dias, desencadeou uma campanha de perseguição sistemática e psicológica contra o presidente do sindicato e sua diretoria, a ponto de através de prepostos chegar a proibir o líder sindical de sair do TCE, para resolver problema afetos à entidade, determinando inclusive, a compensação de horário depois do expediente. Finalmente, desesperado por falta de suporte legal pra destruir o Sindicato, o então presidente do TCE, naquela época, resolveu punir o presidente do SINPROCIEP, com três dias de suspensão, quando este se encontrava em gozo de férias, pena esta que foi estendida ao então Secretário Geral do Sindicato. Punidos, os líderes sindicais ainda tiveram força e determinação para participar de uma reunião com o presidente da Corte, onde se tratava de aumento salarial para categoria. Quando descemos do gabinete presidencial, muitos funcionários estavam no pé da escadaria, no térreo do edifício, esperando a resposta da reunião e para hipotecar solidariedade aos punidos. O presidente da Corte de então, não satisfeito com a punição, mandou retirar do contra-cheque do presidente do sindicato a gratificação de Controle Externo, que à época, equivalia a 80% dos seus vencimentos. Os sindicalizados e os funcionários administrativos do TCE não cederam à pressão do

poder. Eles se reuniram, se cotizaram e repuseram a gratificação violentamente retirada da manutenção do presidente do SINPROCIEP. Começa, então uma renhida batalha judicial para a anulação das injustas e ilegais penalidades aplicadas ao presidente do sindicato e a seu secretário geral e a reposição da gratificação confiscada. Ajuizamos um mandado de segurança, em 26 de outubro de 1990, junto ao egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, que após muita polêmica concedeu a ordem reconhecendo a legalidade do SINPROCIEP, a legitimidade de sua diretoria e anulou as penas impostas ao presidente e secretário geral do sindicato, mandando devolver a gratificação do presidente da entidade sindical, com juros e correção monetária. Com o sindicato reconhecido, providenciamos uma sede e realizamos o maior evento de controle externo que a Paraíba já viu: o I CONGRESSO DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, no Teatro Paulo Pontes, que contou com a participação de Conselheiros, Auditores, Técnicos, Advogados, Contadores e Administradores de vários Estados da Federação e conferencistas do quilate de Geraldo Ataliba, Heraldo da Costa Reis, Valdir Arco Verde, Flávio Sátiro Fernandes e outros. O conclave teve o patrocínio do Governo do Estado, Café São Braz, Água Mineral Indaiá, Tribunal de Contas, IOB e outros, sob a nossa presidência e a coordenação geral da Dra. Mirtzi Ribeiro.

Com a eleição do Conselho, Flávio Sátiro Fernandes, que assumia a presidência do TCE pela segunda vez, as perseguições contra o sindicato e sua Diretoria cessaram e estabeleceu-se um convívio respeitoso, cooperativo e independente entre o Sindicato e Tribunal de Contas do Estado. Posteriormente, o SINPROCIEP, voltou a ser testado em sua capacidade de mobilização. Agora presidia o SINPROCIEP a ACP Maria Zaira Chagas Guerra e Humberto Silveira Porto, hoje Conselheiro, eleitos para um mandato de um triênio (1992/1994), enfrentaram um período em que não havia uma política salarial definida para a categoria o que permitiu muitas injustiças. À frente do Governo do Estado da Paraíba o Sr. Ronaldo Cunha Lima (1991-1994), que com a Lei complementar Estadual nº 11, de 11 de setembro de 1991, procurou definir as regras de uma política salarial dos servidores do Estado. Vivia-se um período de inflação no país, em que o trabalhador, em todos os níveis, lutava para conseguir manter o poder aquisitivo de seus salários, que segundo a Lei supracitada teria reajuste semestral somente a partir de 1º de janeiro de 1992, o que já decorria um lapso de tempo de quatro meses sem reajuste. As campanhas salariais demandavam muito confronto e desacertos pois nunca era concedido o que a categoria tinha como justo. Após muitas negociações com a direção do TCE passamos a discutir um plano de cargos e carreira, que veio a ser

aprovado em junho/92. Esse plano trouxe para os servidores do TCE, entre outros benefícios, a definição das carreiras, critérios para progressões e uma política de reajuste salarial. Depois de implantado o PCC tivemos alguns meses de trégua para as questões salariais. Resolvidas as questões salariais, em seguida, partimos para as questões sociais e, com o objetivo de construirmos nossa sede social, adquirimos três lotes de terrenos no Loteamento Recanto do Poço, na Cidade de Cabedelo.

Neste mesmo período, em setembro de 1992, participamos do primeiro Congresso das associações dos servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, onde tivemos a oportunidade de participarmos ativamente da criação da Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil- FENASTC, tomando parte na Diretoria eleita para o primeiro mandato, através do nosso representante, Humberto Silveira Porto, à qual nos filiamos e marcamos participação efetiva onde tivemos a oportunidade de tomar parte nas discussões nacionais por ocasião dos congressos dessa entidade. Não tardou muito, neste mesmo ano (outubro), tivemos nosso plano de cargos e carreira questionado na justiça paraibana pelo representante da FETASP, SR. Fernando Borges, que através de Ação Direta de Inconstitucionalidade, conseguiu suspender a política de reajuste salarial contemplada em nosso plano, tendo o TCE, no mês de janeiro de 1993, através da Resolução 01/ 93, reconhecido os padrões salariais de outubro de 1992, como atuais e, a partir de então, somente deveria ocorrer reajuste conforme estabelecido na LCE 11/91 e, novamente, o drama dos salários corroídos pela inflação e a volta da política salarial do “salve-se quem puder”. Através da LCE 15, de fevereiro de 1993, o Governo do Estado, revogou a LCE 11/91 e criou o grupo Interpoderes com o objetivo de elaborar o anteprojeto de lei fixando os cargos isonômicos, discutir a política salarial dos servidores no âmbito de todos os poderes. O representante do TCE nessa comissão era o Conselheiro Gleryston Holanda de Lucena. Isso gerou grandes mobilizações, e o SINPROCIEP não poderia ficar de fora, engajou-se nas campanhas salariais sempre apoiado pela maioria de seus sindicalizados. Após negociações com a Presidência do TCE e apresentações de propostas, os reajustes concedidos foram diferenciados e nossa categoria foi contemplada com o menor índice, isso gerou revolta e, inconformados, infelizmente, tivemos que partir para o último instrumento que nos restava: a greve. No mês de maio de 1993, a presidente se afasta, por um período de quatro meses, por motivo de licença maternidade e assume a presidência do SINPROCIEP o vice-presidente, Humberto Silveira Porto, foi um período muito difícil e a categoria decidiu, mais uma vez entrar em greve por dignidade

salarial. Voltamos ao judiciário, desta vez para julgamento de nosso movimento, que foi decretado ilegal. A partir de então, os dias em que permanecemos paralisados, vale ressaltar que por deliberação da maioria dos sindicalizados, foram descontados de nossos contracheques. O SINPROCIEP atravessou com muita dignidade essa fase tendo voltado a negociar com a Presidência do TCE, na pessoa do Conselheiro Luís Nunes Alves, que já com a volta da ACP Maria Zaira ao comando do sindicato esse desconto foi revisto e tornado sem efeito. Os reajustes salariais voltaram a ser nas datas base dos servidores estaduais e sempre diferenciados. Neste período muitos de nossos colegas, descontentes, passaram estudar para concurso público de outras carreiras estaduais e até de outras esferas de governo. Com a Lei Complementar Estadual nº 15, de 25 de fevereiro de 1993, que veio revogar a LCE 11/91, novamente tivemos um momento de apreensão e inconstitucionalidades, quando mais uma vez o SINPROCIEP não ficou de braços cruzados, naquele mesmo ano, através do Processo nº 08114.0003348/93-59, encaminhou representação ao Ministério Público Federal da Paraíba, à época ocupava o cargo de Procurador-Chefe o Dr. Eitel Santiago de Brito, no sentido de que aquela Procuradoria examinasse a conveniência de promover perante o Supremo Tribunal Federal, uma ação direta de inconstitucionalidade de diversos dispositivos da citada Lei. Neste sentido, a Procuradoria da Paraíba acatou a representação e Promoveu a ADIN a qual somente veio a ser concedida Medida Liminar em 08.03.1996, quando o SINPROCIEP já estava sob outra presidência. Houve um período de trégua e a retomada do diálogo e das negociações e dedicação ao esforço em atualizar os trabalhos do TCE.

Em junho de 1994, foi criado um veículo de comunicação para a categoria, com a primeira edição inaugural do BOLETIM DO SINPROCIEP nº 1. Durante todo o triênio as confraternizações e festas juninas foram uma constante e com a participação maciça da categoria. Em seguida, já na presidência do ACP Antonio Castro, o sindicato passou a adotar outras estratégias de luta, quais sejam: participar ativamente dos trabalhos de atualização do TCE, que trabalhava atrasado e por isso não gozava de grandes prestígios junto à sociedade. Procuramos o caminho do diálogo com as autoridades que estavam à frente da administração à época, e com as quais tivemos momentos de negociação, diálogo e também muitos desencontros. Tentamos todos os meios de diálogo, inclusive por sugestão da presidência do TCE, elaboramos um estudo comparativo onde evidenciamos a relação percentual, evolução salarial dos vencimentos dos agentes fiscais estaduais, juízes, auditores substitutos e os vencimentos do Auditor

de Contas Públicas durante um período de 10 anos. Depois de muita luta, ainda no início do Governo de Antônio Mariz, obtivemos um reajuste de 42% divididos em duas parcelas, porém não significou a atualização dos nossos salários que vinham defasados e vínhamos de um prejuízo de mais de 100% da época do governo do sr. Ronaldo Cunha Lima, que através da FETASP desmantelou nosso plano de cargos. Na nova conjuntura política, onde os governos utilizavam comissões interpoderes para neutralizar as ações sindicais, era necessária uma nova postura, e foi o que fizemos. Passamos a implementar um trabalho através dos meios de comunicações, rádio, jornal, televisão e de nosso boletim, passamos a escrever as chamadas cartas abertas à sociedade. Através desses instrumentos passamos a informar a sociedade organizada e órgãos como: OAB, universidades, Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, câmaras de vereadores, igrejas etc. Naquele momento nos conscientizamos que a opção de paralisar e deixar acumular serviços como: contas sem julgar, aplicação de recursos públicos sem fiscalizar não eram bem visto pela sociedade, então não seríamos nunca reconhecidos, nem valorizados se não tivéssemos ao nosso lado toda a sociedade. Contamos com a valiosa contribuição de um grupo significativo de colegas na tarefa de preparar matérias para imprensa falada, escrita e televisada, bem como marcando apresentações em programas de rádio e televisão. O resultado deste trabalho provocou uma sessão extraordinária na Assembléia Legislativa para discutir a situação do Tribunal de Contas, pois havíamos publicado uma matéria afirmando que o Tribunal não recebia recursos governamentais suficientes para cumprir sua missão constitucional, até então não realizava treinamentos, cursos de capacitação, o quadro estava bastante desfalcado pela saída de auditores para outros órgãos devidos as baixas remunerações.

No período em que a ACP Héliida Brito estava à frente do SINPROCIEP, a administração do TCE coube ao Conselheiro Marcos Ubiratan Guedes Pereira, que implementou a gratificação no minguado salário dos técnicos que, por sugestão do Sindicato, após algumas negociações, passou a ser paga com base nos cumprimentos das metas. Os diálogos entre os representantes do Sindicato e do TCE passaram a ser mais tranquilos e, nesta gestão, o sindicato negociou convênios com empresas odontológicas e médicas colocando à disposição de seus filiados, bem como de todos os servidores da corte estes serviços. A partir destas iniciativas, já no governo de José Targino Maranhão e na administração do Conselheiro Marcos Ubiratan Guedes Pereira, o Tribunal inaugurou uma nova fase de sua história. O orçamento recebeu injeções de recursos que possibilitou uma reviravolta nas instalações físicas, nos salários, com a

implementação da produtividade e cursos de treinamento, começou um período em que nada faltava, para quase tudo se tinha resposta, os municípios eram religiosamente visitados, fiscalizados e orientados. Nesta época já estava no mandato sindical a colega e auditora de contas públicas Héliida Brito, que deu continuidade aos trabalhos. A partir de então o TCE passou a viver uma nova realidade, inclusive implantando um programa de qualidade total com o apoio técnico da FDG – Fundação para o Desenvolvimento Gerencial, e um grupo de profissionais deste tribunal. Com todas estas ações o TCE despertou um sentimento de credibilidade numa parcela significativa da sociedade e não seria justo retroceder e desiludir estes cidadãos que tanto espera de nós. Cabe aos mais jovens, com vigor, equilíbrio, humildade, independência e bom senso, continuarem a luta. Não aceitar jamais barganhar com o poder a independência e dignidade da classe, representada pelo sindicato, porque este ainda é a nossa ultima trincheira de luta. São estes os comentários que tínhamos a fazer como ex-presidentes do SINPROCIEP, hoje SINDCONTAS.